



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA**

Processo nº : 10735.001810/2004-84
Recurso nº : 132.191
Sessão de : 18 de setembro de 2006
Recorrente : CID RIBEIRO
Recorrida : DRJ/RECIFE/PE

R E S O L U Ç Ã O N° 301-1.699

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

RESOLVEM os Membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência à Repartição de Origem, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.


OTACÍLIO DANTAS CARTAXO
Presidente


SUSY GOMES HOFFMANN
Relatora

Formalizado em: **24 OUT 2006**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: Luiz Roberto Domingo, José Luiz Novo Rossari, Valmar Fonsêca de Menezes, Atalina Rodrigues Alves, Irene Souza da Trindade Torres e Carlos Henrique Klaser Filho. Esteve presente o Procurador da Fazenda Nacional José Carlos Dourado Maciel.

ccs

RELATÓRIO

Cuida-se de impugnação de Auto de Infração, de fls. 13/16, no qual é cobrado o Imposto Sobre Propriedade Territorial Rural – ITR, relativo ao exercício de 1999, sobre o imóvel denominado “Sítio Caicuru”, localizado no Município de Parati – RJ, com área total de 862,80ha, cadastrado na SRF sob o nº 1.860.627-0, no valor de R\$ 2.326,89 acrescido de multa de lançamento de ofício e juros de mora, calculados até 24.06.2004, perfazendo um crédito tributário total de R\$ 5.970,79.

Segue na íntegra, para melhor abordagem da matéria, relatório processual apresentado pela 1ª Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento do Recife – PE, que passa a fazer parte deste:

“Contra o contribuinte acima identificado foi lavrado Auto de Infração, no qual é cobrado o Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, exercício de 1999, relativo ao imóvel denominado “Sítio Caicuru”, localizado no Município de Parati – RJ, com área total de 862,80ha, cadastrado na SRF sob o nº 1.860.627-0, no valor de R\$ 2.326,89 acrescido de multa de lançamento de ofício e juros de mora, calculados até 24.06.2004, perfazendo um crédito tributário total de R\$ 5.970,79.

Não há AR comprovando a data da ciência do Auto de Infração. O impugnante afirma em sua impugnação haver tomado conhecimento do Auto de Infração em 20.07.2004.

Não concordando com a exigência, o contribuinte apresentou, em 19.08.2004, a impugnação de fls. 22-24, alegando em síntese:

Não foi considerada a área de preservação permanente por não haver anexado o ADA – Ato Declaratório Ambiental correspondente.

O sítio Cairuçu encontra-se localizado em área de interesse ambiental de preservação permanente, ou seja, na área de proteção do Cairuçu, criada pelo Decreto nº 89.242 de 27.12.1983, publicado no DOU de 29.12.1983.

Em 10.10.1992, mediante Decreto nº 17981, o Governo do Estado do Rio de Janeiro criou a Reserva Ecológica de Juatinga, à qual pertence também o imóvel sítio do Cairuçu, DOU-RJ de 05.11.1992 e tornou o imóvel “non edificandi”.

Processo nº : 10735.001810/2004-84
Resolução nº : 301-1.699

Desde 1997 o ITR deste imóvel vem sendo lançado considerando a área total como de preservação permanente. Cita o manual de Preenchimento de Declaração do ITR-1999.

Informa que o manual esclarece sobre o reconhecimento da área mediante ADA protocolizado no prazo previsto na legislação. Interpreta que ocorreria a necessidade de apresentar o ADA se tivesse havido alteração da área de interesse ambiental no ano de 1998 ou se estivesse declarando a área pela primeira vez.

Conclui que em 1997 e em 1998 o imóvel já vinha sendo cadastrado com a área de Preservação Permanente, portanto estaria desobrigado de protocolizar requerimento ao IBAMA para a expedição do ADA, vez que não fora alterada a área de interesse ambiental em relação à declaração do ITR do exercício de 1998 e o imóvel não estava sendo declarado pela primeira vez. Portanto, não se configura a infração imposta, sendo indevido o lançamento suplementar do ITR-1999, bem como a aplicação de encargos de multas e juros de mora.

Apresentou os documentos de fls. 34 a 54 e cópia do Manual de Preenchimento da Declaração de ITR-1999, fls. 55 a 89.

Em suma, é o relatório do Impugnante.

Ato contínuo, segue julgamento da Delegacia da Receita Federal de Julgamento, de fls. 111/130, nos seguintes termos da Ementa:

“Acordam os membros da 1 Turma de Julgamento, por unanimidade de votos, considerar PROCEDENTE o lançamento, nos termos do relatório e voto que passa a integrar o presente processo, para considerar devido o Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, referente ao exercício de 1999, no valor de R\$ 2326,89 a multa de ofício de 75% no valor de R\$ 1745,16, os quais deverão ser exigidos com as atualizações cabíveis e os acréscimos legais previstos na legislação que rege a matéria”.

O impugnante, inconformado com o julgamento apresentado pela Delegacia da Receita Federal do Recife – PE, interpôs recurso voluntário de fls. 112/114.

Da análise atenta do presente recurso, nota-se que o Recorrente reafirmou seus argumentos de impugnação ao lançamento, trazendo a baila todo histórico do processo administrativo, resumo do julgamento da Delegacia da Receita Federal do Recife – PE.

Por primeiro, a desnecessidade de apresentação do Ato Declaratório Ambiental (ADA), as áreas declaradas de interesse ecológico pela União Federal. Por segundo, a isenção do ITR para estas mesmas áreas, de interesse ecológico para

Processo nº : 10735.001810/2004-84
Resolução nº : 301-1.699

proteção de ecossistemas, assim declarados por ato do poder competente, isto é, a União Federal. Colacionou-se ainda legislação que embasa toda sua persecução jurídica, notadamente, a Lei nº 9393/96, que lhe permite concluir não tributável o imóvel objeto do processo de cobrança de ITR.

Por fim, destaca-se que o contribuinte juntou aos autos o Decreto n 89.242, de 27 de dezembro de 1983, que dispôs sobre a criação da área de proteção ambiental de Caiçuru, no Estado do Rio de Janeiro, dispondo sobre outras providências, conforme fls. 35-37.

É o relatório.



Processo nº : 10735.001810/2004-84
Resolução nº : 301-1.699

VOTO

Conselheira Susy Gomes Hoffmann, Relatora

Conheço do Recurso por preencher os requisitos legais.

Ocorre que para o julgamento regular desse processo, entendo como necessária a prova relativa à inclusão da área em discussão dentro da Área de Proteção Ambiental de Caiçucru e Reserva Ecológica e Parati e Juatinga.

Assim voto pela conversão do julgamento em diligência a fim de que a repartição de origem realize as diligências necessárias junto ao IBAMA e aos órgãos estaduais competentes a fim de verificar se o imóvel objeto do presente Recurso - imóvel denominado "Sítio Caicuru", localizado no Município de Parati - RJ, com área total de 862,80ha, cadastrado na SRF sob o nº 1.860.627-0 - está encravado na referida Área de Proteção Ambiental e de Reserva Ecológica criada pelo referido Decreto Federal de 27 de dezembro de 1983.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 2006


SUSY GOMES HOFFMANN - Relatora